



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING ELETRÔNICO

15/11/2010



INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. AVISO.....	1
1.2. SISTEMA CARCERÁRIO.....	2 - 6
2. JORNAL O IMPARCIAL	
2.1. SISTEMA CARCERÁRIO.....	7 - 10
3. JORNAL PEQUENO	
3.1. INSTITUCIONAL.....	11
3.2. SISTEMA CARCERÁRIO.....	12 - 14



**ESTADO DO MARANHÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

AVISO DE LICITAÇÃO

**PREGÃO PRESENCIAL N° 05/2010
Processo n.º 32469/2010**

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna pública que fará realizar sob a égide da Lei n.º 10.520/02, Resolução n.º 01/2004 TJ-MA, Decreto Estadual n.º 24.629/08, e subsidiariamente as disposições da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, a abertura de licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL, Tipo MENOR PREÇO, por LOTE, para Aquisição de mobiliário para o Gabinete do Des. José Luiz Oliveira de Almeida, às 09:30 horas (horário local) do dia 30/11/2010, sendo presidida por Pregoeira Oficial do TJ/MA, na Sala da CPL (Sala 03) do Prédio da Diretoria Administrativa, situado na Rua de Nazaré, 173, Centro, São Luís-MA.**

A Pregoeira informa que o edital se encontra disponível na Divisão de Licitação e Contratos, sito à **Rua de Nazaré, nº 173, Centro, São Luís- MA,** podendo ser copiado mediante a entrega de mídia disquete, CD-R ou pen-drive.

**São Luís, 12 de novembro de 2010.
KEILA DANIELA CANTANHÊDE
Pregoeira TJ/MA**

Agente é preso por facilitar entrada de armas em Pedrinhas

Prisão do funcionário do Complexo Penitenciário de Pedrinhas Jorge Henrique Rabelo Pereira foi anunciada sábado pelo secretário de Segurança, Aluísio Mendes. **Página 8**



Aluísio Mendes anunciou prisão de agente sábado

Preso servidor acusado de facilitar a entrada de armas em presídio

Prisão é resultado de investigações comandadas pela Polícia Civil e foi anunciada pelo secretário de Segurança durante coletiva na tarde de sábado; há provas de envolvimento de mais pessoas de fora do sistema; assaltantes de banco também são presos

O funcionário do complexo penitenciário Jorge Henrique Rabelo Pereira, acusado de facilitar a entrada de armas e aparelhos celulares para os detentos envolvidos na rebelião no Presídio São Luís de Segurança Máxima, em Pedrinhas, foi preso sábado (13). De acordo com o secretário de Segurança Pública, Aluísio Mendes, a prisão do agente administrativo reforça a tese de que a rebelião foi armada. Ele adiantou que há provas de envolvimento de mais pessoas de fora do sistema. A prisão é resultado das investigações comandadas pela delegada Regina de França Barros, do 12º Distrito Policial, e foi anunciada pelo secretário de Segurança durante coletiva na tarde de sábado.

Jorge Henrique Rabelo Pereira, o *Seu Jorge*, trabalhava no presídio havia pelo menos 10 anos. No mês passado, pediu para ser transferido para a Ca-

sa de Detenção. Segundo as investigações, as armas já estavam em poder dos presos havia mais de 40 dias. A rebelião durou 28 horas entre os dias 8 e 9 deste mês, e resultou em 18 presos mortos e um agente penitenciário gravemente ferido.

O funcionário foi preso por volta de 12h de sábado. Ele teria recebido R\$ 2 mil para entregar aos detentos dois dos três revólveres usados durante o motim – a terceira arma que parou nas mãos dos comandantes da rebelião pertencia ao agente penitenciário rendido. O servidor acusado de facilitar a insurreição também é suspeito de fornecer aparelhos celulares dentro do presídio. Ele costumava ganhar R\$ 300,00 por telefone móvel entregue a presos.

De acordo com o secretário de Segurança, a rebelião só começou por causa da atuação do funcionário. “Se o servidor não tivesse se envolvido na trama,

não haveria armas nem celular na mão de presos e o motim não teria sido realizado”, declarou. As reais causas que motivaram a rebelião também serão investigadas. O secretário não afirmou se houve motivação política no planejamento do motim. Mas disse que “apenas a falta de água não justificaria a violência com que muitos detentos foram assassinados”.

No sábado, o servidor público ficou detido na sede da Secretaria de Segurança, onde iria depor. Depois seria transferido para uma delegacia de polícia. A pedido do juiz plantonista que expediu o mandado de prisão, José de Ribamar Goulart Heluy, o preso não foi apresentado à imprensa, por se tratar de investigação sigilosa. Provas testemunhais e documentais formaram a base do pedido de prisão preventiva, feito pelos investigadores da Secretaria de Segurança. O funcionário do presídio deve responder pelos

atos cometidos durante a rebelião, inclusive por homicídio qualificado dos 18 mortos, lesões corporais graves e gravíssimas, além de dano ao patrimônio com violência à pessoa.

A polícia já identificou os seis presos que lideraram o motim e executaram os colegas de cela. Três deles já foram transferidos para o presídio de Campo Grande, em Mato Grosso do Sul. A delegada Regina Barros tomará o depoimento dos detentos transferidos. Dez das 20 vagas disponibilizadas em presídios federais para o sistema penitenciário maranhense já foram utilizadas. "O detento envolvido em mortes e crimes bárbaros dentro do presídio maranhense será imediatamente transferido, para não incentivar comportamento violento", garantiu o secretário.

Participaram também da coletiva o delegado-geral da Polícia Civil, Nordman Ribeiro; os superintendentes de Inves-

tigações Criminais, Affonso Júnior; de Polícia Civil da Capital, Sebastião Uchoa; de Polícia Civil do Interior, Jair Lima de Paiva Júnior e a delegada do 12º DP, Regina de França Barros.

Assaltantes de banco – Na coletiva, foi anunciada também a prisão de seis assaltantes que integravam quadrilhas especializadas em assaltos a agências bancárias no Maranhão. As prisões foram feitas por meio de uma ação conjunta da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Militar. O primeiro bando foi preso na cidade de Dom Eliseu (PA), quarta-feira (11), quando se dirigia para cidades das regiões Tocantina e do Pará para realizar assaltos.

A prisão aconteceu no Km 19. Os assaltantes estavam em dois carros, um Ford Fiesta, de cor preta, placas NSI 2440/PA, e um Honda Civic LX, de cor dourada, placas HPO 4691/MA.

Foram presos Valdimar dos Santos Cavalcante, natural do município de Santa Quitéria, que se identificou como vereador, e Renan Araújo do Nascimento, do município Marabá (PA), que já havia sido preso no município Açailândia.

Na mesma operação foram presos ainda Francisco Sales, de Davinópolis, e Fábio Ribeiro dos Santos, de Açailândia. Com o bando, foram encontradas duas armas calibre 12, sendo um boito e um CBC com abafador caseiro e quebra chama, além de 58 cartuchos calibre 12. Segundo investigações da Polícia, a quadrilha seguia de Paragominas (PA) para realizar assaltos a bancos na Região Tocantina e na cidade de Jacundá (PA).

Outra operação da Polícia Civil prendeu José Carlos Sales da Rocha, o *Hulk*, acusado de participar de um assalto à agência do Banco do Brasil em Colinas, no dia 25 de outubro, do qual participaram cerca de 10 integrantes. Na ação crimino-

sa, a quadrilha roubou a quantia de R\$ 2 milhões. Além do assalto, *Hulk* responde pelos crimes de formação de quadrilha e porte ilegal de armas, quando foi preso em Presidente Dutra, em 2003.

Hulk responde ainda por roubos ao Banco do Brasil de Esperantinópolis, em 2004, à agência do Banco do Brasil de Passagem Franca, em 2007, e à agência do Banco do Brasil do município de São Domingos, em 2008. É suspeito ainda de ter participado de assaltos a um carro-forte, em 2008, entre os municípios de Presidente Dutra e Barra do Corda e de participação a roubos às agências bancárias do município de No-

va Mutum, em Mato Grosso, no ano passado, e outra no município de Mirador.

Buritcupu – A Polícia Civil prendeu também, sexta-feira, um homem identificado como Francisco, o *Francion*, que confessou a participação no assalto à agência do Banco do Brasil, no município de Buritcupu, ocorrido segunda-feira (8), que teve a participação de seis homens. Após o assalto, o grupo fugiu em um veículo S-10 de cor preta, de placas NHS -2503, que havia sido roubado horas antes na entrada do Povoado Faiza.

Desde segunda-feira passada, as polícias Civil e Militar in-

tensificaram as diligências na região. Durante as ações, houve trocas de tiros com os bandidos, e a polícia apreendeu três armas, um revólver calibre 38, um calibre 12, uma espingarda calibre 12 com a numeração raspada, além de três cartuchos intactos e ainda a quantia de R\$ 3.100 proveniente de assalto. Durante o depoimento, *Francion* assumiu a participação no assalto e delatou o local onde os outros integrantes estariam escondidos.



Delegado Nordman Ribeiro, o secretário Aluísio Mendes e o superintendente Affonso Júnior na coletiva



Hulk preso por assalto a banco

Editorial

Armação inaceitável

Já não há mais quase nenhuma dúvida de que a sangrenta rebelião ocorrida em Pedrinhas, na semana passada, e que terminou menos de 30 horas depois com um saldo de presidiários chacinados, foi armada do lado de fora do complexo penitenciário. Contou com a colaboração efetiva e criminosa de agentes penitenciários – um já está preso – e foi tão somente um ajuste de contas entre grupos, já que as reivindicações apresentadas não convenceram como motivo para a selvageria que dominou o episódio do início ao fim.

Em primeiro lugar, as 18 mortes ali ocorridas em cerca de 28 horas não têm qualquer justificativa. Não houve guerra declarada e anunciada entre grupos, mas assassinatos frios, brutais, com requintes de crueldade, incluindo decapitação sem sentido. Segundo, no primeiro motim, que resultou em 16 mortes, a polícia não disparou um só tiro nem teve contato direto com os presos. Eles se mataram entre si, com armas conseguidas criminosamente, como se pretendessem dar uma demonstração de força e poder no complexo penitenciário.

Em terceiro lugar, o argumento de que a rebelião se deu por causa da precariedade momentânea no abastecimento de água não faz o menor sentido, é balela pura, pois a situação não era tão acentuada como chegaram a

afirmar. Outro argumento que não se sustenta é a de que há ali muitos presidiários com situação judicial irregular, o que não é verdade. A população carcerária de Pedrinhas está sob controle e praticamente todos os presidiários estão com sua situação judicial atualizada, devido aos constantes mutirões ali realizados pela

Justiça em parceria com o Ministério Público e a Defensoria Pública.

O complexo penitenciário de Pedrinhas não é o que se pode chamar de uma prisão modelo. Ao contrário, enfrenta muitos problemas, alguns deles graves, como a superpopulação. Mas, por outro lado, ao contrário do que

querem fazer crer os chefes dos amotinados e, claro, seus parceiros de fora dos presídios, não é o pior dos presídios. Carece de uma melhor estrutura, mas não está em situação tão degradante como alguns críticos acusam. E o complexo penitenciário de São Luís está na média dos presídios brasileiros, que padece de políticas mais arrojadas para humanizar o sistema carcerário.

Não se trata, aqui, de defender a situação de Pedrinhas. Trata-se, sim, de chamar a atenção para o fato de rebeliões como a última serem forjadas e manipuladas de fora da prisão. Isso significa que bandidos tentam desestabilizar o sistema penitenciário e o Sistema Estadual de Segurança Pública e is-

O complexo penitenciário de Pedrinhas não é o que se pode chamar de uma prisão modelo

Tranquilidade marca 1ª visita em presídio após rebelião

PÁGINA 6

TRANQUILIDADE

Visitas ocorreram sem transtornos em presídios

Falta de água, comida azeda, celas sujas, banheiros sem estrutura e demora na vistoria de mercadorias durante a visita. Tirando as reclamações habituais, o dia de visitas no Complexo de Pedrinhas foi tranquilo. A fila quilométrica, que se formou a partir das 8h e permaneceria até às 15h, mostrou familiares ansiosos para rever seus internos. Enquanto a equipe de reportagem conversava com parentes de presos, o Corpo de Bombeiros abastecia o Centro de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ), que estava sem água. Segundo os familiares, problema comum em todo o Complexo. E este teria sido o ápice da confusão no anexo do Presídio São Luís, onde estão os presos de regime fechado. A falta de água há vários dias na detenção teria causado a rebelião do último domingo. A reportagem teve acesso ao interior da detenção. Cinco dias após a rebelião que culminou com 18 mortes, sendo três decapitados, o Presídio São Luís parece ter voltado à rotina normal.

Mesmo o anexo, onde iniciou a rebelião, foi liberada a visita. Segundo

o diretor do Presídio São Luís, Luís Henrique Serra de Freitas, houve visitas neste prédio na quinta e sexta-feira últimas e todos os detentos puderam ver suas famílias. "Não houve punição com suspensão de visitas. O que pode ocorrer é a transferência de presos envolvidos na rebelião para cadeias federais", disse o diretor, mas pontuou ser esta uma ação do secretário de Segurança. Mais de 20 parentes de presos, 90% mulheres, esperavam na antessala do Presídio São Luís para serem revistadas. Igual aos demais visitantes dos outros blocos do Complexo, reclamavam da demora na vistoria.

A reportagem teve acesso ao anexo. Era próximo das 11h e os detentos estavam todos na cela. O diretor explicou se difícil coibir a ação surpresa dos detentos, que se articularam durante o banho de sol. Naquele dia, lembra ele, quatro agentes monitoravam os presos e estavam armados. "Mas, o que adianta ter arma velha, que não funciona, de mais de dez anos?", reclamou um agente que acompanhava a visita da reportagem. O diretor concordou

e relatou que há uma séria questão de estrutura e os agentes vêm trabalhando com riscos constantes. Por motivos óbvios não foi permitido à reportagem conversar com presos da ala do anexo. Observando a situação de alguns blocos no Presídio São Luís, notamos a sujeira que toma os corredores das celas, segundo o diretor, fruto da atitude dos próprios presos. Os corredores são lavados duas vezes ao dia e o lixo recolhido regularmente, garante o diretor.

Logo na entrada no Presídio São Luís, uma sala onde deveria ser feita a identificação dos visitantes. A sujeira impregnada toma conta da pequena sala. E onde funcionaria um banheiro, a placa, com um crasso erro de português, acusa que 'para usar o vaso suspenda a tampa'. No entanto, no local não havia vaso, nem condições de higiene de uso. Segundo um dos vigilantes de plantão, a sala era de uso de funcionários.

A. BAETA/OMPRO A PRESS



DEMORA NA VISTORIA IRRITOU PARENTES DOS INTERNOS

CORPOS AINDA AGUARDAM LIBERAÇÃO

SETE CORPOS DE DETENTOS MORTOS NA REBELIÃO DO PRESÍDIO SÃO LUÍS PERMANECEM NO INSTITUTO MÉDICO LEGAL (IML) À ESPERA DE LIBERAÇÃO. TODOS SÃO DE PESSOAS VINDAS DO INTERIOR DO ESTADO. SEGUNDO



AGENTES DE PLANTÃO, POR SE TRATAR DE FAMÍLIAS QUE VIVEM NO INTERIOR DO ESTADO E, NA MAIORIA DOS CASOS, SEM CONDIÇÕES FINANCEIRAS, HÁ DIFICULDADES NO DESLOCAMENTO À CAPITAL PARA RESGATE DAS VÍTIMAS.

PÁGINA 6

À espera de liberação

Familiares de sete detentos mortos durante a rebelião do Presídio São Luís aguardam a conclusão dos exames cadavéricos que são feitos pelo Instituto Médico Legal

SANDRA VIANA

Sete corpos de detentos mortos na rebelião do Presídio São Luís permanecem no Instituto Médico Legal (IML) à espera de liberação. Todos de pessoas vindas do interior do estado. Ontem, a mãe de um dos mortos esteve no IML para reconhecimento, o que não foi possível devido à mutilação do rosto, perfurado por várias marcas de chuçada. No entanto, há suspeita que o corpo

seja de Marco Antônio Nascimento Silva, 25 anos, natural de Santa Inês, que estava há oito meses no Presídio São Luís. Segundo Maria Raimunda Nascimento, a mãe que aguardava reconhecer o corpo, o filho era usuário de drogas e por conta do vício tinha vez ou outra apresentava sinais de depressão e descontrole emocional. Na ficha criminal Marco respondia por furto, no município de origem onde era conhecido por "Cumpadim". Consta ainda entrada na detenção em março do ano passado, por alvará de soltura, e outra prisão, em

outubro deste ano. Ao reconhecer o filho morto, a mãe não se conteve. Ela estava acompanhada de uma menor, amiga da família, que se encarregou de prestar as informações aos plantonistas do IML. Foi também a menor quem fez o reconhecimento do corpo, dado o estado de choque da mãe do detento. Segundo o agente de plantão, por se tratar de famílias que vivem no interior do estado e na maioria dos casos, sem condições de resgate, há dificuldades em deslocar-se à capital e fazer o resgate.



**ESTADO EM QUE SE ENCONTRAM OS CORPOS DIFICULTA A LIBERAÇÃO
PARA FAMILIARES DOS DETENTOS MORTOS NO MOTIM**

Assassinatos étnicos e racismo causam assombro no Maranhão

20 líderes camponeses estão marcados para morrer

Parece que o destino do governo Roseana Sarney é juntar corpos e catar cabeças. O prometido Maranhão do futuro, trazido por grandes investidores e projetos bilionários, começou bem. Começou matando lavradores e lideranças rurais. Uma carta da Comissão Pastoral da Terra, inutilmente intitulada "nem o açoite nem as balas poderão calar a voz da história", lida da tribuna da Assembléia pela deputada Helena Barros Heluy, revela o preço que teremos que pagar, inclusive em vidas, pela instalação desses grandes projetos.

A carta, redigida segundo a CPT "ainda sob o impacto do cruel, brutal e covarde assassinato de Flaviano Pinto Neto, 45 anos, liderança da comunidade quilombola de Charco", traz uma lista de líderes rurais assassinados em 2010 e denuncia que outros 20 líderes camponeses estão marcados para morrer. Foram assassinados Raimundo Pereira Silva, povoado Vergel/Codó, Hubinet Ka'apcr, em Centro do Guilherme; Elias, no povoado Curva, São Mateus e Flaviano Pinto, do povoado Charco, em São Vicente de Ferrer.

Segundo a CPT, a de Flaviano foi mais uma morte anunciada nestas terras dominadas por uma oligarquia tão cara ao latifúndio. E afirmam: "Por nós foi denunciada ao INCRA-MA, ITERMA,

Ouvidoria Agrária Nacional, ao Tribunal de Justiça do Maranhão, ao Poder Executivo, ao Ministério Público do Estado, à imprensa, igrejas etc. Todos souberam do agravamento do conflito.

A igreja se revela inconformada com esses crimes e revoltada com as autoridades. Diz que o silêncio omisso do estado diante das ameaças, dos assassinatos de lideranças rurais, somado à destruição de casas e roças por ordem judicial revelam o caráter racista e etnocida desse Estado e a forma vergonhosa como os poderes públicos servem a interesses particulares.

Pelo que sugere o texto da CPT, eles ainda vão matar muita gente e essas mortes vão ficar impunes. A igreja acusa a existência de um consórcio formado por cartórios, magistrados, políticos, agentes públicos, empresários, latifundiários e pistoleiro que continua agindo no Maranhão com o mesmo objetivo de sempre: incorporar terras públicas ao modelo de propriedade privada do sistema capitalista. (Lembra a Lei de Sarney, de 1965, Lei de Terras, que também serviria à redenção econômica do Maranhão).

Segundo os católicos, para incorporar essas terras, empresários e fazendeiros forjam e esquentam escrituras em

cartórios, depois conseguem no Judiciário liminar de Reintegração de Posse. Em seguida, o Estado concede a força policial para que as liminares sejam cumpridas; quem resiste é ameaçado, perseguido, expulso e morto por pistoleiros que muitas vezes são policiais em horário de folga.

Os mais atingidos pela violência do Estado cúmplice do latifúndio, dos cartórios e dos projetos bilionários que se instalam no Maranhão são camponeses, indígenas, quebradeiras de coco, quilombolas e pescadores. Pior é que segundo a CPT essa violência está se tornando instrumental, ou seja, está se tornando necessária para a implantação de grandes projetos em terras ocupadas centenariamente por povos e comunidades tradicionais.

Depois do que aconteceu em Pedrinhas, do que aconteceu entre índios e brancos em Barra do Corda, da morte de Flaviano e de todos os alertas contra o nível incontrolável de violência, se nada for feito pela segurança pública e mais líderes rurais forem chacinados, o Estado será cúmplice por omissão de todas essas chacinas. (Do Blog do Cunha Santos)

***** A rebelião acontecida no presídio de São Luís localizado no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, é uma prova que nosso sistema aprisional ainda está muito a desejar. São cadeias superlotadas, fedorentas, onde os presidiários são tratados como animais selvagens. Daí os atos de selvageria que hoje são do conhecimento do mundo inteiro.**

MASSACRE DE PRESOS EM PEDRINHAS É INVESTIGADO**POLÍCIA PRENDE O AGENTE ACUSADO
DE FORNECER ARMAS PARA DETENTOS**

A polícia do Maranhão efetuou, no final de semana, a prisão de Jorge Henrique Rabelo Pereira, de 48 anos, detido temporariamente por envolvimento na rebelião ocorrida no último dia 8 de novembro, no prédio anexo do Presídio São Luis, localizado no Complexo de Pedrinhas. Jorge Rabelo é agente administrativo há mais de 10 anos e estava trabalhando atualmente no Sistema Prisional do Estado. Ele é apontado como o responsável por fornecer os dois revólveres usados durante a rebelião aos internos do presídio. **ÚLTIMA PÁGINA**

MASSACRE DE PRESOS EM PEDRINHAS É INVESTIGADO

Polícia prende o agente acusado de fornecer armas usadas por detentos

A polícia do Maranhão efetuou, no final de semana, a prisão de Jorge Henrique Rabelo Pereira, de 48 anos, detido temporariamente por envolvimento na rebelião ocorrida no último dia 8 de novembro, no prédio anexo do Presídio São Luis, localizado no Complexo de Pedrinhas.

Jorge Rabelo é agente administrativo há mais de 10 anos e estava trabalhando atualmente no Sistema Prisional do Estado. Ele é apontado como o responsável por fornecer os dois revólveres usados durante a rebelião aos internos do presídio. Segundo indícios testemunhais e documentais, Jorge Rabelo entregou as armas em troca de R\$ 1 mil cada e um celular por R\$ 300,00.

No sábado à tarde, o secretário de Segurança Pública do Estado, Aluísio Mendes, forneceu informações, sábado à tarde, no auditório da SSP-MA, acerca das investigações que estão sendo feitas

pela Polícia Civil sobre a rebelião.

O gestor da Segurança do Maranhão também falou da situação dos índios guajajaras da Reserva Canabrava em Barra do Corda. Aluísio Mendes destacou que desde o fim das negociações e já garantida à pacificação interna no Complexo de Pedrinhas, o 12º Distrito Policial e a Delegacia de Homicídios iniciaram uma ampla investigação no intuito de identificar responsáveis e participantes da ação e elucidar as circunstâncias que levaram a tal ação criminosa.

Por determinação da Justiça, o inquérito policial prossegue em sigilo absoluto. "Nas investigações estão sendo apurados os nomes dos possíveis envolvidos e os responsáveis pelas ações que culminaram nas mortes dos internos e ainda quem motivou o motim", disse Aluísio.

"Todos os envolvidos, assim que forem identificados, serão ime-

diatamente responsabilizados", acrescentou Aluísio. Ainda segundo o secretário, uma das medidas emergenciais adotadas pelo Sistema Prisional do Maranhão em convênio com o Departamento Nacional Penitenciário (Depen), é transferir imediatamente para um presídio federal todo e qualquer detento que praticar algum ato de violência dentro de um estabelecimento prisional no estado.

De acordo com o juiz José Ribamar Goulart Heluy Júnior, do regime de plantão criminal, que determinou a prisão do agente administrativo, "difícilmente teria ocorrido à rebelião se o agente não tivesse, em troca de dinheiro, fornecido as armas que ceifaram a vida de dezoito internos".



O secretário de Segurança, Aluísio Mendes, informa sobre as investigações em Pedrinhas